

**FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)**

---

**De:** FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)  
**Enviado em:** quarta-feira, 28 de outubro de 2015 17:55  
**Para:** VASCO DA GAMA CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA (presidencia@crvascodagama.com); VASCO DA GAMA PRESIDENTE (euricovg@uol.com.br); FLAMENGO CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO (flapresidencia@flamengo.com.br)  
**Cc:** SANDRO MAURICO DE ABREU TRINDADE (sm-trindade@hotmail.com); JURIDICO DESPORTIVO PROCURADORIA GERAL JURIDICO DESPORTIVO - FERJ (juridicodesportivo@fferj.com.br)  
**Assunto:** ENC: Declaração de voto vencedor do Auditor Dr. Washington Oliveira da 1ª C.D.  
**Anexos:** Declaração de Voto do Dr. Washington Oliveira-Proc.121-2015-1ªCD.pdf

**CR VASCO DA GAMA E CR FLAMENGO**

A/C - Deptº Jurídico

Anexo: STJD - Declaração de Voto do Auditor Dr. Washington da 1ª CD

Att.

---

**De:** Presidencia  
**Enviada em:** quarta-feira, 28 de outubro de 2015 17:50  
**Para:** FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)  
**Assunto:** ENC: Declaração de voto vencedor do Auditor Dr. Washington Oliveira da 1ª C.D.

---

**De:** Rj Presidencia [mailto:rj.presidencia@cbf.com.br]  
**Enviada em:** quarta-feira, 28 de outubro de 2015 16:48  
**Para:** Presidencia  
**Assunto:** ENC: Declaração de voto vencedor do Auditor Dr. Washington Oliveira da 1ª C.D.

---

**De:** Claudia Mercuri  
**Enviado:** quarta-feira, 28 de outubro de 2015 15:09  
**Para:** Sp Competicao; Sp Registro; Sp Presidencia; Sp Administrativo; [daniel.sato@fpf.org.br](mailto:daniel.sato@fpf.org.br); [mislaine.scarelli@fpf.org.br](mailto:mislaine.scarelli@fpf.org.br); Joao Zanforlin Schablatura Schablatura ([zanfajoo@hotmail.com](mailto:zanfajoo@hotmail.com)); Corinthians Paulista; Palmeiras; palmeiras.00019sp; [asica@csmv.com.br](mailto:asica@csmv.com.br); [aesplargas@csmv.com.br](mailto:aesplargas@csmv.com.br); Go Registro; Go Presidencia; Go Administrativo; Go Competicao; [joaovicente@joaoboscoluz.com.br](mailto:joaovicente@joaoboscoluz.com.br); Mg Registro; Mg Competicao; Mg Presidencia; [lucas.ottoni@atletico.com.br](mailto:lucas.ottoni@atletico.com.br); [dp.juridico@atletico.com.br](mailto:dp.juridico@atletico.com.br); Rj Presidencia; Rj Registro; [paulomaximo@pauloreisadv.com.br](mailto:paulomaximo@pauloreisadv.com.br); [pauloreis@pauloreisadv.com.br](mailto:pauloreis@pauloreisadv.com.br); [fernando.lamar@crvascodagama.com.br](mailto:fernando.lamar@crvascodagama.com.br); Rs Administrativo; Rs Competicao; Rs Presidencia; Rs Registro; [danielcravo@cpbadv.com.br](mailto:danielcravo@cpbadv.com.br); [pastl@cpbadv.com.br](mailto:pastl@cpbadv.com.br); Pr Registro; Pr Competicao; Pr Presidencia; [itamar.cortes@scoposports.com](mailto:itamar.cortes@scoposports.com); Lucas - Coritiba Foot Ball Club ([lucas@coritiba.com.br](mailto:lucas@coritiba.com.br)); Mg Registro; Mg Competicao; Mg Presidencia; [theotonio@chermontdebritto.adv.br](mailto:theotonio@chermontdebritto.adv.br); [fabiano@clube.cruzeiro.com.br](mailto:fabiano@clube.cruzeiro.com.br); Pe Registro; Pe Administrativo; Pe Competicao; Pe Presidencia; [juridico@sportrecife.com.br](mailto:juridico@sportrecife.com.br); [sestario@belaciano.com.br](mailto:sestario@belaciano.com.br); Rj Presidencia; Rj Registro; [michelf@michelasseff.com.br](mailto:michelf@michelasseff.com.br); [marco@michelasseff.com.br](mailto:marco@michelasseff.com.br); [rodrigofrangelli@flamengo.com.br](mailto:rodrigofrangelli@flamengo.com.br); Rs Administrativo; Rs Competicao; Rs Presidencia; Rs Registro; [gabriel.vieira@gremio.net](mailto:gabriel.vieira@gremio.net); [tania@gremio.net](mailto:tania@gremio.net); Sp Competicao; Sp Registro; Sp Presidencia; Sp Administrativo; [roberto@armelin.adv.br](mailto:roberto@armelin.adv.br); Gustavo Delbin - Jurídico ([gustavo.delbin@saopaulofc.net](mailto:gustavo.delbin@saopaulofc.net)); [rbn@rangeldaiha.com.br](mailto:rbn@rangeldaiha.com.br)  
**Cc:** William ([wfigueiredo@ppmkfadv.com.br](mailto:wfigueiredo@ppmkfadv.com.br))  
**Assunto:** Declaração de voto vencedor do Auditor Dr. Washington Oliveira da 1ª C.D.

Prezados Senhores, boa tarde.

Segue anexo Declaração de Voto do Auditor Dr. Washington Oliveira, da Primeira Comissão Disciplinar, referente ao Processo nº 121/2015-1ªCD, para o conhecimento de todos.

Favor acusarem recebimento.

**Claudia Mercuri**



**BRASIL**

STJD | Superior Tribunal de Justiça Desportiva

[claudia.mercuri@cbf.com.br](mailto:claudia.mercuri@cbf.com.br)

+55-21-2532-8709

[www.cbf.com.br](http://www.cbf.com.br)

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A CBF não se responsabilizará pelo conteúdo ou pela veracidade desta informação

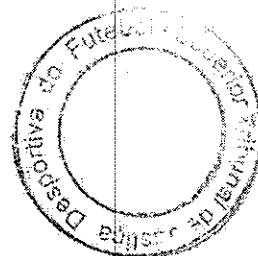
Expediente

29/10/2014

Processo: 121/2015



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL



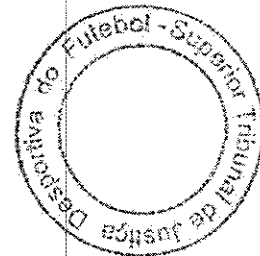
**JUNTADA**

Aos 28 de outubro de 2015  
Junto a estes autos, acordão elaborado  
pelo Dr. Washington Oliveira  
Secretário

Rua da Ajuda, 35 / 15º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-000  
Tel.: (21) 2532.8709 / Fax: (21) 2533-4798 - e-mail [stjd@cbf.com.br](mailto:stjd@cbf.com.br)



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL



1  
2  
3  
4 **1ª COMISSÃO DISCIPLINAR**

5  
6  
7 **PROCESSO Nº 121/2015**

8 **DECLARAÇÃO DE VOTO VENCEDOR**

9  
10 **AUDITOR WASHINGTON RODRIGUES DE OLIVEIRA**

11  
12  
13  
14  
15 **DENUNCIADOS:**

16 S.E. Palmeiras, entidade de prática desportiva,  
17 incursa no art. 191, III, CBJD;

18 Goiás EC, entidade de prática desportiva, incursa  
19 no art. 191, III, CBJD;

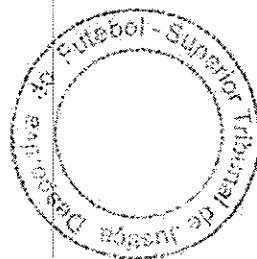
20 C.A. Mineiro, entidade de prática desportiva,  
21 incursa no art. 191, III, (duas vezes), art. 184,  
22 ambos do CBJD;

23 C.R. Vasco da Gama, entidade de prática  
24 desportiva, incursa no art. 191, III, (duas vezes),  
25 n/f do art. 184, ambos do CBJD;



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

2



26

SC Internacional, entidade de prática desportiva,  
27 incurso no art. 191, III (duas vezes), n/f do art. 184,  
28 ambos do CBJD;

28

29

Coritiba FC, entidade de prática desportiva,  
30 incurso no art. 191, III, CBJD;

30

31

Cruzeiro EC, entidade de prática desportiva,  
32 incurso no art. 191, III, (duas vezes), n/f do art.  
33 184, ambos do CBJD;

32

33

34

Sport Club do Recife, entidade de prática  
35 desportiva, incurso no art. 191, III, CBJD;

35

36

C.R. do Flamengo, entidade de prática  
37 desportiva, incurso no art. 191, III, (quatro vezes),  
38 n/f do art. 184, ambos do CBJD;

37

38

39

S.C. Corinthians Paulista, entidade de prática  
40 desportiva, incurso no art. 191, III, (três vezes), n/f  
41 do art. 184, ambos do CBJD;

40

41

42

Grêmio FBPA, entidade de prática desportiva,  
43 incurso no art. 191, III, (duas vezes), n/f do art.  
44 184, ambos do CBJD;

43

44

45

São Paulo FC, entidade de prática desportiva,  
46 incurso no art. 191, III, do CBJD

46

47

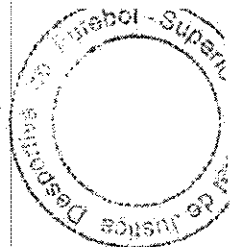
48

49



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

3



50

51

## VOTO

52

53

### 54 I. RELATÓRIO

55

56 Nos termos do inciso II, IV e XI do artigo 2º do  
57 CBJD, adoto o relatório do douto relator.

58

59

### 60 II. FUNDAMENTAÇÃO

61

62 De antemão, há que se assinalar que não se pode  
63 aqui assinalar que o nominado "*acordo de cavalheiros*" infrinja a  
64 ética desportiva.

65

66 Se tal disposição foi aceita por anos, não se pode  
67 agora, apenas e tão somente depois que foi tipificada como infração,  
68 querer repudiá-la como se fosse um ato que merecesse uma punição  
69 exemplar.

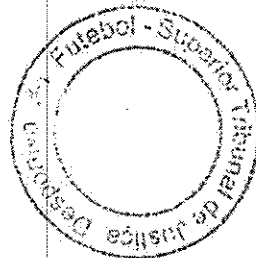
70

71 Tratando-se de infração desportiva tipificada  
72 recentemente, é curial que se busque no direito estrangeiro a  
73 sistemática e esclarecimentos acerca do tema.

74



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL



4

75 Muito embora tenha a defesa do Grêmio FBPA  
76 assinalado que a UEFA disponha acerca da proibição de o atleta  
77 emprestado em enfrentar o clube cedente, não logrou êxito este  
78 auditor na busca de tal dispositivo.

79

80 Entretanto, nesse sentido há que se trazer à  
81 discussão o regulamento da Federação Portuguesa de Futebol, a qual -  
82 a meu sentir - enfrentou a questão com mais sabedoria, ao dispor que:

83 *Artigo 78º Cedência temporária e*  
84 *transferências*

85 *1. Durante a vigência de um contrato de*  
86 *trabalho desportivo, o clube poderá ceder*  
87 *temporariamente a outro os serviços de um*  
88 *jogador, mesmo que este já o tenha*  
89 *representado oficialmente, mediante aceitação*  
90 *expressa do jogador na celebração do contrato*  
91 *de cedência. Página 45 de 109*

92 *2. O clube cedente não pode ceder*  
93 *temporariamente mais do que três jogadores a*  
94 *um clube da mesma competição (Liga NOS E II*  
95 *LIGA).*

96 *3. Durante o período da cessão, é proibida a*  
97 *utilização dos jogadores cedidos nos jogos*  
98 *disputados entre os clubes cedentes e*  
99 *cessionários.*

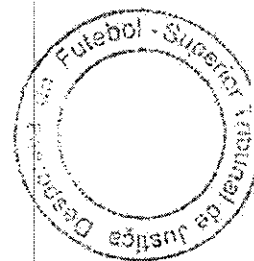
100

101 Como se vê, a Liga Portuguesa acabou  
102 enfrentando com coragem a questão, impossibilitando a participação  
103 do atleta cedido em enfrentar o clube que detém os direitos sobre seu  
104 contrato laboral principal.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

5



105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

Creio que tal dispositivo esteja, igualmente, em consonância com os ensinamentos bíblicos disposto no evangelho de Mateus, capítulo 6, versículo 24, pelo qual: *“Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou será leal a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mâmon. Descanso na providência divina”*

E creio que a questão fulcral consiste em aludida questão, na medida em que ao enfrentar o clube com o qual mantém contrato principal, sempre colocarão em questão, desnecessariamente o ânimo, disposição, lealdade e vigor do atleta.

Tal questão servirá, apenas e tão somente para os defensores das teorias conspiratórias, colocando em julgamento não apenas o atleta, mas igualmente o clube cedente e a própria entidade de administração do desporto.

Acerca de tal dispositivo, é de grande valia os ensinamentos do jurista lusitano João Leal Amado, no artigo O ‘empréstimo’ de futebolistas: a propósito do novo Regulamento de Competições da Liga (II) o qual, ao tratar do tema em comento assim discorreu:

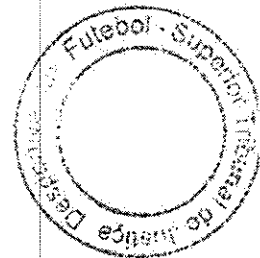
*Dir-se-ia, pois, que a salvaguarda de valores eminentes, de ordem estritamente desportiva — a transparência e a*





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

6



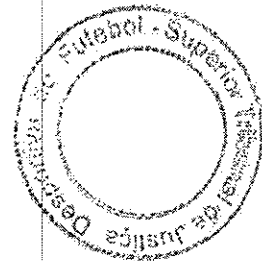
credibilidade das competições, a igualdade entre os competidores, em suma, a garantia da chamada “verdade desportiva” —, poderá justificar a introdução de certas limitações no tocante à susceptibilidade de “empréstimo” do praticante desportivo profissional. Nesta ordem de ideias, afigura-se-me que o preceituado na Lei 28/98 não constitui um obstáculo intransponível à elaboração, por parte da respectiva federação desportiva ou liga de clubes, de disposições regulamentares proibindo tais “empréstimos” entre clubes que disputem a mesma competição desportiva.

É claro que se poderá tentar resolver o problema de outro modo, procurando garantir que o atleta cedido possa sempre disputar as competições entre cedente e cessionário, através da estatuição regulamentar da nulidade ou ineficácia de quaisquer cláusulas inibitórias da participação do jogador eventualmente constantes do contrato de cedência. Esta foi, aliás, uma solução já ensaiada no nosso futebol. Mas sem sucesso.

Com efeito, a tentativa regulamentar de garantir a possibilidade de participação do futebolista cedido nos jogos disputados entre os clubes cedente e cessionário, a mais de revelar uma boa dose de irrealismo, padece de alguma falta de sensatez. É uma tentativa irrealista porque, na prática, é virtualmente impossível syndicar um discreto “acordo de cavalheiros”, destituído de efeitos jurídicos, ajustado entre as partes aquando do contrato de cedência. Mas é outrossim uma tentativa algo insensata, visto que não parece conceder a devida atenção à circunstância de o jogador — note-se: um profissional de futebol, que trabalha jogando e joga trabalhando, isto é, que não joga por “amor à camisola” mas sim a troco de



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL



7

uma contrapartida remuneratória — continuar a ter no clube cedente a sua única entidade empregadora. Uma entidade, de resto, à qual ele retornará em breve (porventura na próxima época desportiva) e pela qual passará o seu futuro enquanto profissional do desporto. O clube cedente é, pois, não só o seu clube de origem mas também o seu clube de destino, sendo ainda a sua actual entidade empregadora, pelo que o desportista profissional poderá ficar indesejavelmente dividido entre a necessidade de honrar o emblema que ostenta e a de não prejudicar a sua entidade patronal. Uma situação melindrosa para o jogador e que, inevitavelmente, pode alimentar a suspeição, para mais num sector tão mediático, polémico e atreito a paixões e suspeições como é o do futebol profissional...

O Regulamento de Competições da Liga para a época 2015/16 contém, a este propósito, uma solução inovadora, que me parece de aplaudir. Nos termos do n.º 3 do seu art. 78.º, «durante o período da cessão, é proibida a utilização dos jogadores cedidos nos jogos disputados entre os clubes cedentes e cessionários». Pergunta-se: e, com isto, como fica a verdade desportiva? Deve reconhecer-se que, pelas razões aduzidas acima, esta fica em xeque, pelo que, a meu ver, melhor seria caminhar no sentido de proibir a cedência entre entidades que disputem a mesma competição desportiva. Ora, a este respeito, lê-se no novo n.º 2 do art. 78.º do Regulamento de Competições da Liga: «O clube cedente não pode ceder temporariamente mais do que três jogadores a um clube da mesma competição (LIGA NOS e II LIGA)».

Ou seja, não se proíbe, mas limita-se a cedência entre clubes que disputem a mesma competição desportiva. Em tese,



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

199 creio que teria sido melhor proibir do que limitar; e, a  
200 limitar; a limitação deveria ter sido mais rigorosa, pois  
201 três atletas, numa equipa de futebol, podem ter um peso  
202 muito significativo. Nesta matéria, quanto menos se  
203 limitar a cedência mais se sacrificará, em tese, a verdade  
204 desportiva. Mas talvez estas novas soluções  
205 regulamentares signifiquem apenas o início de um caminho,  
206 vindo o limite de cedências permitido a baixar para dois ou  
207 para um atleta apenas, nas próximas épocas desportivas.

208  
209 Creio que este é o caminho certo. E, se assim for, creio que  
210 tais normas limitativas poderão, inclusive, contribuir para  
211 refrear os inegáveis excessos a que se vem assistindo nesta  
212 matéria nos últimos tempos, com alguns clubes a  
213 adoptarem uma política de "contratar-para-emprestar"  
214 que me suscita bastantes reservas.

215  
216 Creio que não haveria como ser mais didático e  
217 claro sobre o tema.

218  
219 São por tais razões que, igualmente, entendo que a  
220 normatização deve se orientar no sentido da proibição do atleta  
221 cedido no enfrentamento ao clube cedente.

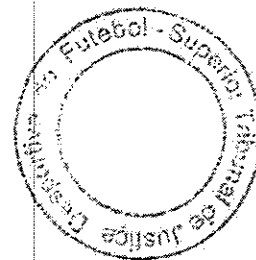
222  
223 Coloca-se um ponto final na discussão trazida à  
224 baila, impedindo questionamentos desnecessários acerca da conduta  
225 do atleta e da própria competição.

226



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

9



227 São por tais fundamentos que, pedindo a devida  
228 vênia ao relator para aplicar a pena de advertência aos denunciados ao  
229 final relacionados, absolvendo outros.

230

231 Muito embora após análise mais detida e  
232 aprofundada sobre a questão, tenho hoje a plena convicção que a  
233 absolvição tivesse sido a decisão mais justa e correta.

234

235 Já em relação aos denunciados Flamengo e  
236 Corinthians sobre a questão do atleta Guerrero, não se impõe  
237 tipificado o aludido fato dito antidesportivo, na medida em que não se  
238 trata de cessão temporária, mas definitiva.

239

240

### 241 III. DISPOSITIVO

242

243 Recebo a denúncia formulada pela Douta  
244 Procuradoria, e no seu mérito, divergindo do relator, entendo pela  
245 aplicação das seguintes penas:

246

247

248

249

250

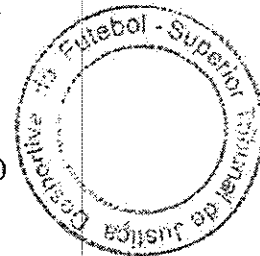
*C.A. Mineiro - aplicar a pena de advertência,  
por infração ao art. 191, §1º do CBJD;*

*SC Internacional - aplicar a pena de  
advertência, por infração ao art. 191, §1º do  
CBJD;*



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

10



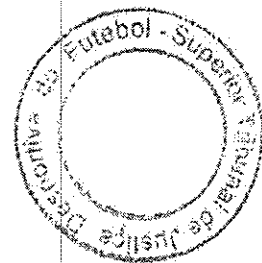
251 *Coritiba FC – aplicar a pena de advertência ao*  
252 *Coritiba FC, por infração ao art. 191, §1º, do*  
253 *CBJD;*  
254 *Sport Club do Recife – aplicar a pena de*  
255 *advertência ao Sport Club do Recife, entidade*  
256 *de prática desportiva, por infração ao art. 191,*  
257 *§1º, CBJD;*  
258 *C.R. do Flamengo – aplicar a pena de*  
259 *advertência, por infração ao art. 191, §1º do*  
260 *CBJD e, ainda, por maioria de votos, aplicar a*  
261 *pena de advertência ao CR do Flamengo, por*  
262 *infração ao art. 191, §1º do CBJD, divergindo o*  
263 *Relator e Dr. Vinicius Vieira que o multava em*  
264 *dez mil reais e Drs. Washington Oliveira e Luis*  
265 *Felipe Bulus que o absolvía;*  
266 *S.C Corinthians Paulista – aplicar a pena de*  
267 *advertência, por infração ao art. 191, II do*  
268 *CBJD, divergindo os Drs. Washington Oliveira*  
269 *e Luis Felipe Bulus que o absolvía e, o Relator e*  
270 *Dr. Vinicius Vieira que o multavam em R\$*  
271 *5.000,00;*

272

273

274

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2015.



11



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

*Washington Rodrigues de Oliveira*

275

276

277

WASHINGTON RODRIGUES DE OLIVEIRA  
AUDITOR-RELATOR



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

Processo: 121/2015  
1ª CD